A denúncia do francês e o plano do jurista: Rui Barbosa e a leitura de André Chéradame.

Livia Claro

RESUMO

Resumo: Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu na Europa, o Brasil, apesar de encontrar-se do outro lado do Atlântico, sofreu o seu impacto. Para além da oscilação do preço do café, o conflito iniciado em 1914 impressionou os intelectuais brasileiros, quer pela contestação do modelo europeu de civilização e progresso, quer pela reflexão do posicionamento e importância do Brasil na geopolítica da época. Em especial, a um advogado baiano, que se tornou uma das principais figuras da discussão suscitada pela Grande Guerra no Brasil. O presente trabalho propõe-se a uma breve reflexão acerca da apropriação de Rui Barbosa do livro do cientista político francês André Chéradame, *Le plan pangermaniste démasqué: le redoutable piège berlinois de "la partie nulle",* no contexto do debate intelectual que antecedeu a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

Palavras-chave: Rui Barbosa; Primeira Guerra Mundial; pangermanismo; história da leitura.

ABSTRACT

Abstract: When the First World War broke out in Europe, Brazil, despite finding themselves on the other side of the Atlantic suffered their impact. In addition to the oscillation of the price of coffee, the conflict started in 1914 impressed the Brazilian intellectuals, or by contesting the European model of civilization and progress, either by reflection of the position and importance of Brazil in the geopolitics of the time. In particular, a lawyer from Bahia, who became a leading figure of the debate generated by the Great War in Brazil. This paper proposes to examine Rui Barbosa appropriation of the French journalist André Chéradame's book, *Le plan pangermaniste démasqué: le redoutable piège berlinois de "la partie nulle",* about the pan-Germanism, in the context of intellectual debate that preceded the entry of Brazil in the First World War.

Key words: Rui Barbosa; First World War; pangermanism; history of reading.

Introdução

Com as inovações trazidas pela história cultural, a prática da leitura tornou-se objeto da história. Extrapolando a simples ação de juntar letras e formar palavras, ler configura-se como um ato de extrair significados e ultrapassar sentidos pré-concebidos do texto. Esse feito – a leitura – outrora considerado como uma ação una e universal, torna-se, com os postulados de novas correntes historiográficas, datada e plural, influenciando e influenciada pelo seu contexto histórico.

A construção das formas de leitura passa, invariavelmente, pelo entendimento do encontro entre o leitor e o texto físico, ambos agregados a conjunturas anteriores. Obras escritas guardam estratégias de narrativas, estilos literários, que darão contorno às intenções do autor. Da mesma forma, estas produções não são compostas exclusivamente por palavras, mas, também, pelo suporte físico através do qual alcança o leitor, seja um livro, um jornal, uma carta. Essas diferentes materialidades assumidas por um texto e a maneira como este objeto é disposto e organizado, seja pelo autor ou pelo editor, influenciam no ato da leitura e nas denotações posteriormente obtidas individualmente pelo leitor, compondo uma *leitura autorizada*.[1]

Se palavras impressas carregam acepções anteriores à leitura, o leitor também inscreverá sentidos à obra. Roger Chartier classifica o ato de ler como uma *prática de apropriação*[2], em que as utilizações do texto ultrapassam os sentidos que lhe são dados anteriormente, da mesma forma que transformarão o próprio leitor e sua interpretação do contexto que o cerca. Escapando aos desejos de escritores e demais envolvidos na produção de uma obra, o leitor irá imprimir sua própria marca naquela, tecendo interpretações e representações estendidas ao seu mundo social. Estabelece-se, assim, uma relação dual entre texto e leitor, repleta de significados criados e adquiridos mutuamente.

Rui Barbosa e a Grande Guerra

No ano de 1916, na cidade de Paris, chegava às prateleiras da capital francesa o livro *Le plan pangermaniste démasqué: le redoutable piège berlinois de "la partie nulle.",* escrito pelo francês André Chéradame. Não era um livro qualquer, lançado em uma época qualquer. Era o momento da Primeira Guerra Mundial, em que a França, a Inglaterra e a Rússia batiam-se contra o Império Alemão, Austro-Húngaro e Otomano. O livro afirmava categoricamente a existência de um plano germânico de dominação mundial. Essa publicação atravessou o Atlântico e chegou num país que até então nada tinha de oficialmente relacionado ao confronto europeu, indo parar nas mãos de um dos seus homens mais ilustres. Rui Barbosa leu *Le plan pangermaniste.*

Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador, em 5 de novembro de 1849. Seu pai, João José Barbosa de Oliveira, foi um médico que nunca exerceu a profissão, engajado politicamente no Partido Liberal. Morreu pobre, deixando ao único filho muitas dívidas e o hábito da leitura e do estudo. Rui Barbosa iniciou sua vida acadêmica na Faculdade de Direito de Recife, ao mesmo tempo em que começou a colaborar nos jornais locais, escrevendo sobre a política brasileira. Concluiu seus estudos, no entanto, na Universidade de São Paulo, para onde se transferiu em 1868.

O advogado baiano formado era uma das maiores personagens públicas do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Sempre presente no cenário político nacional, Rui Barbosa apresentava-se como voz ativa em diferentes questões que mobilizaram o país. Da abolição da escravidão, passando pela implementação da República, até as divergências que dela derivaram, sua presença foi percebida e destacada como um homem que omitia e formava opinião. Ocupou cargos públicos de destaque, foi ministro da Fazenda, deputado e senador, e saiu da cena política brasileira apenas quando de sua morte, no ano de 1923.

O jurista é uma personagem repleta de nuances e alvo de interpretações díspares, não apenas por parte de seus contemporâneos, como pela historiografia posteriormente produzida. A avaliação de sua trajetória e contribuição intelectual presta-se ou à mistificação, criando uma aura quase que sagrada em torno de suas falas e ações, ou ao questionamento de sua figura política e intelectual, buscando desconstruir as representações enaltecedoras do mito criado (Silva, 2010). Protagonista de inúmeras biografias, Rui Barbosa teve sua importância, seja como homem político, seja como intelectual, redimensionada sucessivamente, condicionada por interesses políticos, intelectuais e sociais do momento histórico em questão.

Sua trajetória política revela um indivíduo cunhado nas ideias liberais e progressistas. Apoiava o voto secreto, as liberdades individuais e o progresso da República brasileira através do desenvolvimento da responsabilidade civil e da legalidade das instituições. Era um ideólogo, cuja pretensão era fazer o Brasil alcançar a modernidade, tendo como meio a consolidação do regime republicano, fortalecendo suas instituições e código de leis, sendo dirigida por seus cidadãos gozando de plenos direitos (Silva, 2010, p. 5-8). Imbuído dessas perspectivas, teceu duras críticas ao direcionamento político dado pelos militares e oligarquias regionais, nos períodos pós-proclamação, o que lhe rendeu uma ameaça de prisão e um exílio de três anos em Buenos Aires e Londres, durante a presidência do marechal Floriano Peixoto.

No futuro brasileiro o advogado via um país moderno, industrializado, evoluído. E não estava só. Rui Barbosa pertencia a uma geração de intelectuais que pretendiam nada mais que a modernidade brasileira, inseridos na *mentalidade modernizante* característica das primeiras décadas do século XX (Martins, 1979). A modernidade era entendida por esses pensadores através das noções de progresso, civilização e, principalmente, nacionalismo[3]. Possuíam o desejo latente de construir

uma identidade nacional, genuinamente brasileira, garantindo sua definição étnica, cultural e geográfica. O que seria o Brasil e o brasileiro eram indagações correntes, que suscitavam diferentes respostas[4]. Independente da conclusão alcançada, pretendiam esses homens de letras identificar as mazelas brasileiras, sanar as suas deficiências e, por conseguinte, acelerar o seu processo evolutivo enquanto nação independente e civilizada. Dessa maneira, o Brasil não seria apenas inserido na marcha progressista da humanidade, como seria legitimamente integrado às grandes potências mundiais, abandonando, por certo, o estigma de colônia.

Quando localizados na capital federal, esses letrados pertenciam à elite fluminense. Distinguiam-se como atores político-culturais, agindo nas duas esferas à medida que ocupavam cargos públicos e atuavam na vida política do país, ao mesmo tempo em que exerciam o papel de criadores e mediadores culturais (Gomes, 2007). Discursavam nas tribunas da Câmara e do Senado, e tinham lugares garantidos nas páginas de revistas e jornais. Eram indivíduos, antes de tudo, engajados no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, como suas testemunhas e consciências legítimas (Sirinelli, 2003). Percebiam-se como os portadores das respostas e projetos adequados para a construção e organização do país, vendo-se como os dirigentes de uma nação recém-formatada. Sob o ambiente intelectual de criação de uma nacionalidade e de uma nação é que a Primeira Guerra Mundial alcançou o país.

No Brasil, a conflagração européia provocou um posicionamento imediato do governo de Hermes da Fonseca: assumiu a neutralidade na conflagração. Política e economicamente, era um momento de estabilidade. A decisão do marechal foi tomada pensando em manter tal estado de harmonia, principalmente porque, no quadro de parceiros comerciais brasileiros, havia países de ambos os blocos de beligerantes. O então presidente brasileiro optou por uma via menos turbulenta, ao assumir tal postura. Não conseguiu, no entanto, evitar a polêmica que se instalou entre os letrados do país.

Nas páginas dos principais jornais da capital federal, surgiram intensos debates não apenas sobre a posição oficial do governo brasileiro, mas, principalmente, sobre qual lado deveria ser apoiado[5]. Os argumentos formavam-se a favor de um ou outro grupo de combatentes, ou contra ambos. Para os defensores da neutralidade, a guerra era uma demonstração da decadência europeia. Não tomavam partido, nem defendiam a superioridade de um país beligerante sobre o outro: o conflito era um palco de horror e de sangue, um matadouro que reservaria a ruína aos países que dele participassem. Para os simpatizantes da Alemanha, esta estava sendo vítima da perseguição das potências tradicionais, que almejavam destruir o seu poderio militar, econômico e político. A situação invertia-se quando se tratava dos partidários de França, Inglaterra e seus aliados: para estes, era o império de Guilherme II o agressor, buscando impor pela força a sua hegemonia sobre o mundo.

Nos embates intelectuais ocorridos por meio da imprensa fluminense, diferentes projetos de Brasil foram expostos, baseados em modelos civilizacionais diversos[6]. A discussão girava em torno da participação brasileira no conflito, e, a partir das

soluções alcançadas, desenvolvia-se uma cadeia analítica sobre o futuro nacional. Afinal, o que a "guerra que acabaria com todas as guerras" significaria para este país ainda em formação?

A guerra européia pôs em xeque tais paradigmas oriundos do Velho Continente, e esse contraponto foi absorvido pelos intelectuais de maneira a entenderem que, ao final do conflito, apenas um desses padrões seria vencedor e útil ao Brasil. A disputa entre a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança foi, dessa forma, substituída pela querela entre civilização latina e *kultur* germânica[7]. A *kultur* germânica, tendo a Alemanha como o seu bastião, foi representada por seus apoiadores como o epíteto do inédito, da inovação e do pensamento moderno e racional. Seu poderio econômico, sua superioridade tecnológica e sua disposição para a racionalidade, condensadas no elemento racial, ou seja, o teuto, eram tidos como ideais para o desenvolvimento e a consolidação da nação brasileira. Afonso Bandeira de Mello, em artigo publicado no *Jornal do Commércio* no ano de 1916, afirmou:

> Sem deixar de reconhecer o valor colonial do Italiano, do Espanhol, do Polaco, façamos também justiça às aptidões de trabalho dos Alemães de cuja fecunda colaboração social e econômica só temos motivos para satisfação. Não procuremos pois, criar obstáculos à essa desejada fusão das raças que ora valorizam as nossas terras e que hão de contribuir fatalmente para a formação étnica do tipo tropical do americano do Brasil que, com certeza será tão valorosa e progressiva quanto para o atual yankee, para cuja esplêndida formação étnica tanto concorrem o fator teutônico (Mello, 1916, p. 3).

Para os que defendiam a Tríplice Entente, a civilização latina, herdeira da tradição greco-romana, era impregnada pelos ideais de liberdade, democracia, justiça e cultura, tendo a França como sua principal representante. O escritor maranhense Graça Aranha, partidário declarado dos Aliados, afirmou, em manifesto publicado no *Jornal do Commércio: A França, a Inglaterra e a Itália, defendendo a sua nacionalidade, lutam em favor da civilização liberal e jurídica, de que são os maiores herdeiros no ocidente* (Aranha, 1916, p. 3). Em consonância com as afirmações do literato, estava o linguista F. Mendes de Almeida Jr. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil,* em que criticava veementemente a postura neutral assumida pelo governo brasileiro, o autor categorizou:

> Tal declaração do governo do Brasil implicava para cada cidadão brasileiro o dever de respeitar, de fato, a decisão final, mas jamais poderia impor à consciência individual a obrigação de fazer calar a sua opinião ou esvair-se perante a repugnância que lhe inspirava tamanha deserção das fileiras do Direito. Cada brasileiro estava, pois, livre de expandir a sua opinião e felizmente para a dignidade da nossa geração a grande maioria alistou-se deliberadamente, resolutamente, entre os partidários da Civilização, da Justiça, da Liberdade e de Direito [os Aliados]. (Almeida Júnior, 1916, p.9)

O paradigma da civilização latina teria para o Brasil uma importância histórica, uma vez que compunha o cerne racial brasileiro adquirido por meio da colonização portuguesa. Graça Aranha o afirmou em artigo também publicado no *Jornal do Commércio*:

> Que é que nos retem em dar todo o nosso auxílio positivo aos aliados? Os interesses!...Então, por consideração a alguns traficantes boches das nossas grandes cidades e por consideração às colônias alemães esparsas em nosso território, mentiríamos o nosso passado, renegaríamos o nosso ideal, repudiaríamos os nossos deveres sagrados para com essa nobre civilização que nos foi dada no sangue dos nossos antepassados europeus? (Aranha, 1916, p.3)

O ponto de união entre essas vozes destoantes era a certeza de que a Primeira Guerra Mundial descortinaria um novo tempo na geopolítica e nas relações internacionais. O Brasil, conforme acreditavam, deveria estar pronto para assumir uma posição relevante na nova disposição política e econômica que estaria por vir. Projetando-se como uma nação internacionalmente reconhecida, o futuro brasileiro estaria assegurado.

O cientista político e o jurista

Em 19 de julho de 1917, foi escrita a Rui Barbosa a seguinte carta:

> Rui Barbosa,
> Tenho a honra de fazer chegar às mãos de V. Ex. o livro que acompanha a presente carta, intitulado "O plano pangermanista desmascarado", da autoria de M. André Chéradame. Desempenhando desta forma a incumbência de que fui encarregado para com V. Ex., a pedido do próprio autor, resta-me somente patentear o meu grande reconhecimento e alta admiração que tenho por V. Ex., e com a devida vênia, subscrevo-me respeitosamente. P. Auguste Garnier.

O livro encaminhado pelo editor Garnier no Rio de Janeiro era uma denúncia de um suposto plano de dominação mundial arquitetado pela Alemanha. Seu autor, o francês André Chéradame, foi um cientista político formado pela École Libre des Sciences Politiques. A geopolítica era sua área de atuação por excelência, como demonstra sua extensa bibliografia. Entre 1901 e 1941, André Chéradame publicou 20 livros tendo esta disciplina como embasamento, e as relações internacionais envolvendo França, Alemanha, Balcãs e Oriente Próximo como temáticas privilegiadas. Suas obras, em geral, focalizavam questões políticas em perspectiva à época dos lançamentos, como o livro *Le monde et la guerre russo-japonaise,* publicado em 1906, quando se desenrolava do conflito entre a Rússia czarista e o

Japão, ou mesmo *Le plan pangermaniste,* lançado em plena Primeira Guerra Mundial.

Chéradame não foi o que se poderia chamar de um escritor obscuro. Seus comentários a respeito da política internacional poderiam ser vistos em jornais como *L'Illustracion*, e seus livros alcançavam boas tiragens, sendo que alguns títulos tiveram mais de uma edição e conseguiram a alcunha de esgotados[8]. O reconhecimento parecia vir também do meio acadêmico. Três de suas obras, inclusive *Le plan pangermaniste,* receberam prêmios da Academia de Ciências Morais e Políticas de Paris, além de resenhas em publicações como a *Revue Historique*[9]. No entanto, a consagração internacional veio com o livro que denunciava as intenções alemãs de dominar o mundo.

Le plan pangermaniste démasqué foi lançado em 1916 pela Librarie Plon-Nourrit et Cie. Esta editora e livraria parisiense possuía um catálogo variado de livros, publicando desde histórias de Sherlock Holmes a almanaques sobre vinho, atuando entre o final do século XIX até meados da década de 20. Era também a editora de Chéradame à época, pois dos seus 8 livros publicados até 1916, 7 foram lançados pelo selo da Plon-Nourrit. *Le plan pangermaniste* foi posto a venda por 4 francos, um preço acessível para uma edição bem cuidada, impressa pela tipografia Hérissey, de Évreux.

O livro, sem dúvida, alcançou êxito. Na França, teve 18 edições publicadas até o ano de 1940. Ganhou traduções para o espanhol, russo, japonês, inglês e português. Nos Estados Unidos, foram feitas 7 reimpressões até o ano de 1917[10]. André Chéradame obteve especial sucesso no país norte-americano. Além do número surpreendente de edições lançadas em pouco tempo, o autor foi convidado a escrever uma série de artigos para o jornal de Boston - *Atlantic Monthly* - a respeito da Primeira Guerra, já em 1917, ano em que o livro foi lançado neste país[11]. Em 1918, Chéradame passou uma temporada em Nova York como comentarista convidado do jornal *The New York Times,* onde também escrevia artigos sobre a conflagração. Entre os dois últimos anos do conflito, consta na bibliografia do autor dois livros publicados diretamente em língua inglesa, pelo editor nova-iorquino Charles Scribner e pelo selo The Atlantic Press, de Boston[12].

A repercussão de *Le plan pangermaniste*, não apenas em solo estadunidense, tem razão de ser. A obra é uma espécie de relatório de denúncia. Em sua concepção, o plano pangermanista consistia em uma antiga ambição alemã, datada do início do século XIX de escravizar o mundo. Em sua estratégia estaria previsto o domínio das principais potências europeias, apossando-se de suas colônias e, em alguns casos, como o da França, de parte dos seus territórios nacionais. Seu projeto incluiria parte da ocupação de diversos países do Leste Europeu, do antigo Império Austro-Húngaro, a subordinação dos Balcãs, e a incorporação política e militar da Turquia, bem como do Egito e da antiga Pérsia.

Os países das Américas estariam igualmente ameaçados em sua integridade territorial e independência nacional. O risco, segundo Chéradame, residiria nas

numerosas colônias alemãs espalhadas pelo continente. Estados Unidos, Brasil e Argentina teriam nos imigrantes de origem germânica perigosos inimigos internos. Manipulados pelo pangermanismo, estes colonos, tornados homens de posse nesses países, utilizariam as riquezas adquiridas para manipular os governos a favor da Tríplice Aliança, para, em seguida, transformar estes países em protetorados do Segundo Reich. Para impedir o sucesso dessa conspiração, esses Estados deveriam abandonar a neutralidade e alinhar-se à *Entente* na guerra.

O livro é composto por 356 páginas, fracionadas em 9 capítulos, divididos em subtítulos, contendo 31 mapas ilustrando os efeitos e o movimento do plano pangermanista, além de prefácio e introdução, conferindo ao livro um caráter absolutamente didático. Chéradame afirma serem suas palavras destinadas aos países neutros – a quem dedica o último capítulo – e aos menos letrados, para que adquirissem conhecimento sobre os reais motivos da guerra e as ameaças pangermânicas. Não era, em definitivo, uma obra para os meios acadêmicos, e, sim, para sensibilizar a opinião pública e, principalmente, contrapor a propaganda pró-Alemanha.

O autor assumiu um tom de alerta e de acusação ao longo de sua análise (embora alegue imparcialidade em suas observações), apontando os alemães como um povo sórdido e pérfido, que teriam a cobiça e a dominação como características inerentes ao seu caráter, onde quer que estivessem (Chéradame, 1917, p. L). A existência do plano pangermanista estaria no cerne das disputas políticas que marcaram a Europa ao final do século XIX e início do século XX, culminando na guerra de 1914. A diplomacia e o serviço secreto alemães teriam atuado com vistas a provocar o conflito, desencadeando as etapas do projeto pangermânico, esmiuçadas ao longo do livro. Tamanho esforço explicativo visava dissipar a cortina de fumaça produzida pela propaganda teutônica junto aos países neutros, e convencê-los a apoiarem a causa aliada, principalmente no âmbito econômico[13]. Afinal, segundo a análise de Chéradame, a *Entente* lutava não por seus próprios interesses, mas pela liberdade do mundo inteiro.

As palavras de André Chéradame impressas no livro *Le plan pangermaniste* foram lidas por Rui Barbosa. A famosa publicação do francês integrou a extensa biblioteca do jurista brasileiro, onde, provavelmente, realizou uma leitura para si, em silêncio, na companhia do seu lápis vermelho. Rui Barbosa realizou tal prática na edição francesa da obra de Chéradame, mais especificamente na segunda edição, seguindo o seu hábito de estudar a bibliografia dos temas que lhe interessavam em sua língua original.

O senador brasileiro era um estudioso incansável, buscando reunir a mais completa bibliografia possível a respeito de um determinado assunto. Possuía uma rotina diária, que seguia rigorosamente: pelas manhãs, antes de raiar o dia, entregava-se ao exame de certa matéria, estendo-se até o final do dia (Cardim, 2007). A exceção para leituras noturnas ficavam para os romances policiais, que lia

à luz de um candelabro. Tinha também o hábito de ler o mesmo livro em suas diversas edições.

De acordo com Homero Pires, a prática de leitura de Barbosa não incluía anotações em outros locais que não os próprios livros. Teria reunido apenas alguns poucos cadernos de notas de bibliografias utilizadas. No mais, grifava as passagens importantes com um indefectível lápis vermelho ou azul, o mesmo com que escrevia eventuais comentários nas páginas, na língua em que estivesse impresso o texto, seja em português, francês, alemão ou latim. Fossem estas longas ou curtas, as observações sobre as obras por vezes incluíam, até mesmo, correções aos autores, revelando uma forma diferenciada de apreensão do texto, discordantes das intenções originais de quem as escreveu (Pires, 1949).

A dedicação à leitura e aos livros, transmitiu, há alguns de seus contemporâneos a impressão de um homem alienado e incapacitado para criações intelectuais, isolado em uma torre, que era a sua biblioteca, pego de surpresa por acontecimentos políticos[14]. No entanto, através de seus discursos e produções intelectuais, percebemos um sujeito com uma objetividade prática e um projeto político, com estudos direcionados para um determinado fim calcado na realidade. Sua relação com os livros era, assim, peculiar.

Rui Barbosa não era um bibliófilo, à medida que não apenas comprava livros pelo prazer da posse, mas extraía destes o saber necessário para inteirar-se o máximo possível sobre determinado assunto (Pinheiro, 2007, p. 17). Era a sua matéria-prima, frequentando as publicações adquiridas para montar argumentos, réplicas, tréplicas; ou seja, lia para retirar desses textos significados pertinentes às suas intenções. Credita-se ao apreço por seus livros e à necessidade que deles tinha o fato de guardar a disposição de todos em sua memória, sem nunca ter em vida montado um catálogo. Mandava-os encadernar em Paris, não gostava de emprestá-los e os mantinha sob constante higienização, cuidados de quem valorizava o seu acervo.

Em sua biblioteca, ao longo de toda a sua vida, reuniu cerca de 35 mil volumes, dos mais variados interesses. Tal diversidade expõe um estudioso que não se atinha a superficialidades, que acreditava na percepção aprofundada dos temas que despertassem a sua atenção. Possuía também almanaques de física, química, matemática, psicologia e geografia; até mesmo livros sobre homeopatia, levitação e fenômenos psíquicos/espirituais figuravam em suas estantes, além de incontáveis obras de história universal, dicionários linguísticos; clássicos da literatura; publicações de análise literária; brasilianas; e revistas especializadas de ciências humanas. A preponderância de livros de humanidades vem a contradizer a afirmação de Capistrano de Abreu sobre Rui Barbosa: *Cultura filosófica parece não possuir. Para ele, a filosofia reduz-se à lógica e à lógica à dialética* (Capistrano apud Cardim, 2007, p. 23). O jurista parecia crer na sabedoria dos clássicos do pensamento ocidental e na erudição como forma de incrementar o raciocínio.

No entanto, é sobre temas relacionados ao seu papel de estadista, jurista e homem público reconhecido internacionalmente que surgem a maior quantidade de

exemplares na sua biblioteca. Tratados, monografias, periódicos sobre economia, política e questões sociais, como educação; e obras que tratavam de diplomacia, ideologias políticas, direito internacional compõem a maioria do acervo bibliográfico reunido por Rui Barbosa. Sobre a Primeira Guerra Mundial, adquiriu um conjunto de quase 1.700 livros, como os noventa e um números do *The New York Times Current History of European War* (Cardim, 2007, p. 52). E, claro, *Le plan pangermaniste demasqué.*

O livro de Chéradame adquirido pelo senador possui sinais de leitura. Ali, grifou trechos do prefácio, do capítulo V, sobre uma possível armadilha alemã para garantir a realização do plano pangermanista; e do capítulo IX, que aborda as designações do plano para os países neutros[15]. Não fez anotações ao longo das páginas. Os destaques foram realizados nas partes em que são abordados as quais países se estendia o plano pangermanista; as evidências de estar sendo posto em prática através da Primeira Guerra Mundial; e a inclusão do Brasil e da Argentina nas suas etapas de conclusão.

Não foi possível precisar, até agora, a data de aquisição do livro por Rui Barbosa, uma vez que a carta de Garnier anteriormente mencionada explicita apenas o envio da edição em português do livro. No entanto, pode-se afirmar que o contato estabelecido entre o senador brasileiro e a obra de André Chéradame não inaugurou seu conhecimento a respeito do pangermanismo. Em sua biblioteca, havia outros livros sobre o assunto. A bibliografia da conferência pronunciada em Buenos Aires, em 14 de agosto de 1916, conhecida como *Os conceitos modernos de Direito Internacional,* ou *Deveres dos Neutros,* possui dois livros sobre o assunto: *La Doctrine Pangermanist,* de Georges Blondel; e *Pan-Germanism,* de Roland G. Usher, anteriores à obra de Chéradame (Cardim, 2007, p. 337-338). A presença de livros sobre o pangermanismo e mesmo a leitura de *Le plan pangermaniste* demonstra, senão uma curiosidade, um interesse genuíno de Rui Barbosa sobre o assunto. Interesse esse confirmado por recortes de reportagens – como era seu hábito fazer – sobre possíveis indícios do perigo alemão no Brasil, publicadas nos jornais brasileiros no ano de 1917[16].

A impressão da obra de André Chéradame pode ter sido positiva para Rui Barbosa. Em sua estante, consta um livro publicado em 1922 pelo cientista político francês – *La mystification des peuples alliés* – indicando, talvez, uma apreciação dos escritos de Chéradame. Há, ainda, outros dois títulos do autor, além do acima citado, na biblioteca de Rui, anteriores a *Le plan pangermaniste*, que possam vir a confirmar o seu gosto pelos estudos do francês[17].

Outrossim, o posicionamento de Rui Barbosa na Grande Guerra indica que este tenha ao menos atribuído algum sentido à leitura feita do livro de Chéradame, ou mesmo reforçado o que antes articulava. As disposições a respeito da conflagração emitidas publicamente pelo jurista brasileiro e as divulgadas pelo cientista político francês em sua obra mais famosa possuem uma série de paralelismos. A culpabilidade alemã no conflito, a existência de um plano pangermanista, o caráter

do povo teutônico, a realidade do "perigo alemão" no Brasil e mesmo o teor das negociações para o encerramento do confronto são alguns dos tópicos em que se vinculava a ideia dos dois intelectuais[18].

Tanto para Rui Barbosa, quanto para André Chéradame, era indiscutível a responsabilidade do Império Alemão pelo estado de beligerância que assolava a Europa desde 1914. O Segundo Reich havia provocado o confronto por sua ambição desmedida, por seus interesses econômicos, pelo militarismo do seu Estado e pelo caráter do seu povo. Chéradame escreveu:

> Foi Guilherme II quem favoreceu, por toda a parte no seu Império a criação de uma Liga Militar e de uma Liga Marítima, que contam milhões de membros, que há vinte anos têm sem cessar feito propaganda em favor do aumento ininterrompido [sic] dos armamentos alemães sobre a terra e sobre o mar, que o Kaiser queria (Chéradame, 1917, p. LXXVI).

E, mais adiante, acrescentou:

> É, portanto, necessário que as causas da guerra sejam discriminadas por uma vista de conjunto, afim de que aos olhos do universo civilizados fique nitidamente estabelecido que é bem legitimamente que a Alemanha há de pagar as custas de uma responsabilidade que, com toda a justiça, deve pesar exclusivamente sobre ela (Chéradame, 1917, p. 43).

Rui Barbosa não expôs opinião diferente. Em setembro de 1916, realizou uma conferência promovida pela Liga Brasileira pelos Aliados, realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, discursando para uma plateia onde se encontrava os representantes diplomáticos dos países aliados, dentre outras personalidades da elite fluminense. Disse:

> O gigantismo do poder militar acumulado para prussianizar o mundo não me deslumbrava. O culto exclusivo da força, que ele representava, era, aos meus olhos, a evidência da fraqueza e a segurança da sua queda. A vaidade incomensurável que o animava na pretensão de esmagar, ao mesmo tempo, entre os seus braços três colosso como a Grã-Bretanha, a França e a Rússia, me dava a nítida visão dessa demência, com que Deus castiga os a quem a quer perder (Barbosa, 1981, p. 166).

Em 17 de março de 1917, fez o senador novo pronunciamento. Próximo do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, Rui Barbosa realizou uma nova conferência, no Teatro Petrópolis, em um evento da Cruz Vermelha dos Aliados. E iniciou sua fala de maneira sugestiva: *Quando o estampido germânico abalou a Europa [...]* (Barbosa, 1988, p. 7).

Ambos os intelectuais extrapolaram suas afirmações. A Alemanha teria não apenas precipitado o continente europeu na conflagração, como a provocado

intencionalmente. Chéradame o afirmou, categoricamente, na seguinte passagem de sua obra:

> Quanto à hora da guerra, foi ainda Guilherme II que a marcou. [...] Desde novembro de 1913, o Kaiser toma as suas disposições, em vista da abertura próxima das hostilidades. [...] O assassínio do arquiduque Francisco Ferdinando dá-se no dia 28 de junho de 1914. Esse acontecimento não muda em coisa alguma os planos do Kaiser. Pelo contrário, essa morte violenta é excelente pretexto de intervenção contra a Sérvia; precipita, pois, os acontecimentos (Chéradame, 1917, p. LXXVII-LXXVII).

Para o brasileiro, tal conclusão era igualmente verdadeira. No manifesto de 1917, acusou o país de Guilherme II de premeditar o confronto, deliberadamente. Expôs o palestrante:

> Organizado como a maior máquina de agressão e defesa que os séculos nunca viram, o grande império, certo da sua superioridade e da sua invencibilidade, necessita de as traduzir no domínio real do mundo. O seu movimento de 1914 estava anunciado, estava planejado, estava aparelhado com tal acumulação de explosivos, que a explosão de 4 de agosto, longamente meditada pelos seus organizadores, era inevitável (Barbosa, 1988, p. 21-22).

Ambos os intelectuais concordam quanto ao motivo para a pretensão da guerra: as deficiências da raça germânica e a existência do plano pangermanista. De acordo com Chéradame, se os alemães eram *hábeis, tenazes e manhosos,* eram igualmente bárbaros (Chéradame, 1917, p. 10 e 318). Já para o senador baiano, a barbárie era da mesma forma uma qualidade cultivada pelos alemães - moralmente deturpados - comprovada pela brutalidade com que conduziam as batalhas. Em sua declaração no Teatro Municipal, citou o general alemão Von Disfurth, que teria afirmado ser *o nome de bárbaro o qualitativo recebido com desvanecimento pelos soldados* (Barbosa, 1988, p. 170). Iria além em seu discurso feito no Teatro de Petrópolis, comparando o Exército teuto aos godos e hunos. Declarou o jurista: *Cristã se diz também a barbaria moderna. Mas os santuários do culto, ante o qual desarmavam os hunos e godos, são hoje odiosos aos seus sucessores* (Barbosa, 1981, p. 14).

A existência do plano pangermânico e seu enraizamento nas causas do conflito era outro ponto de concordância entre o brasileiro e o francês. O argumento principal de *Le plan pangermaniste* era a relação de direta entre aquele e a guerra. Assegurou: *A guerra tem uma causa profunda, longínqua, única: a vontade que Guilherme II tinha de realizar o plano pangermanista. Todas as causas secundárias da guerra, isto é, as causas econômicas, procedem desta causa* (Chéradame, 1917, p. 49-50).

A premissa era igualmente verdadeira para Rui Barbosa. O pangermanismo seria a finalidade por detrás das ações belicosas da Alemanha, racionalizado por

meio de um projeto concreto. Tendo aquela doutrina por diretriz, planejaria o domínio universal. No evento da Cruz Vermelha, testemunhou, citando os mesmos lugares apontados na obra do francês:

> Estava, porém, materialmente descoberto o plano de incomensurável gigantes, que devia encerrar o mundo nos tentáculos da potência universal: a França remutilada; a Bélgica absorvida; subjugada a Inglaterra; dominados os Balcãs; a Turquia protegida; a Rússia [...] para o desmembramento projetado. Daí a marcha para o Egito, a Pérsia e a Índia, a desorganização do Império britânico, o assalto aos Estados Unidos, [...] o levantamento, já pronto, da Germânia brasileira [...] (Barbosa, 1988, p. 32-33).

Se o plano pangermanista era uma realidade, também o era a inclusão do Brasil em suas orientações. Ambos os intelectuais asseveraram que nem o país, nem o continente sul-americano seriam poupados. No capítulo dedicado aos Estados neutros no conflito, Chéradame dedicou algumas páginas a análise da ameaça sobre a região. Sua origem estaria, segundo o autor, no surgimento da doutrina Monroe e na renúncia das nações europeias sobre os Estados recém-independentes. O braço pangermânico nesses locais seria, como já foi dito, os imigrantes de origem alemã. Certificou o publicista:

> Desde os anos de 1900, principalmente, estes alemães começaram a ser manobrados e agitados pelas sociedades pangermanistas. Foram especialmente organizados nos países como a Argentina e o Brasil, principalmente, países que estavam destinados a vir a ser os principais protetorados alemães da América do Sul (Chéradame, 1917, p. 291).

Chéradame sustentou uma atenção especial da Alemanha ao Brasil. O Reichstag subvencionaria o estabelecimento e recrutamento de colonos teutões na parte meridional do país, particularmente cobiçada. A preocupação com essa região e a crença no "perigo alemão" era partilhada pelo advogado baiano. Na fala de 1917, disse:

> Não é só a sorte da Europa, ou a sorte de colônias asiáticas e africanas a que se joga nos campos de batalha da grande conflagração. É também a da nossa liberdade e integridade. Se os impérios centrais pudessem vir a ser vitoriosos nesta campanha, o poder germânico, entumecido pela soberba do triunfo, [...] não se demoraria em ir tomar conta aos Estados Unidos e, arrebentando a doutrina Monroe, [...] passariam a escolher a América do Sul os bocados que a cartografia do pangermanismo há muito designa como quinhão natural da sua soberania leonina (Barbosa, 1917, p. 191).

E sobre o "perigo alemão", acrescentou, exortando sua veracidade: *Quinhentos milhões de alemães, sob um clima temperado, numa região de cinco milhões e meio de quilômetros quadrados, a saber, cuja extensão é nove vezes maior do que a Alemanha! Não bastará este fato?* (Barbosa, 1916, p. 192).

Para corroborar suas afirmativas acerca do pangermanismo na América do Sul, Chéradame e Barbosa lançaram mão de uma estratégia parecida. Ambos citaram a obra do pangermanista alemão Otto Richard Tannenberg, *La rêve allemand! La plus grande Allemagne, l'oeuvre du xxe. siècle,* lançado em 1911. O cientista político francês atestou que o livro do alemão tornou público o programa de aquisições mundiais pangermanistas, sendo inteiramente verossímil em suas colocações, o que incluiria suas afirmações sobre o continente sul-americano (Chéradame, 1917, p. 145). O francês citou literalmente a obra de Tannenberg no que tangenciava a essa parte do globo terrestre, reiterando suas previsões de dominação pangermânica sobre Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e outras nações locais (Chéradame, 1917, p. 149-150).

Rui Barbosa destacou da maneira semelhante a publicação do teuto para ratificar sua argumentação acerca da existência do plano pangermanista. Proclamou:

> As nações americanas, com menos experiência, menos ciência, menos previdência, tão pouco se incomodavam com esses avisos, entre os quais avulta o famoso livro de Tannenberg. [...] Ora, a obra de Tannenberg, a sua *Grande Alemanha,* tem a qualidade valiosa de ser a expressão sincera das aspirações do militarismo teutônico [...]. Por outro lado, o "o sonho alemão" tem na América do Sul e, sobretudo, no torrão brasileiro, grandes obras avançadas que lhe predispõem as coisas para o assalto, e lhe assegurariam as condições do bom êxito se a casta militar alemã ganhasse esta partida (Barbosa, 1981, p. 191).

Se o político brasileiro e o escritor francês coincidem quanto ao uso da obra de Tannenberg, demonstraram igualmente concordância na prevenção de tais malefícios: o rompimento do estado de neutralidade. A tomada pública de partido no conflito ao lado dos Aliados, e não apenas a expressão de simpatias, possibilitaria a defesa contra as ambições alemãs, conforme assegurou Chéradame:

> A evolução dos Estados da América do Sul em favor dos Aliados é bem manifesta. E essa evolução acentuar-se-á consideravelmente, logo que esses Estados cheguem a compreender claramente que, em razão do pangermanismo colonial que os ameaça pessoalmente, têm um interesse direto na vitória integral dos Aliados, pois que ela e só ela pode libertá-la das inquietações do perigo pangermanista (Chéradame, 1917, p. 295-296).

No Teatro Municipal, o brasileiro apresentou o mesmo raciocínio: apoiar os Aliados seria uma forma de proteger-se contra futuras demonstrações do imperialismo alemão. Na seguinte passagem, ele afirmou:

> Para onde apelaremos, se um dia nos bater à porta a desgraça, e um inimigo avantajado em armas quiser experimentar sobre a nossa debilidade as lições europeias de rebeldia às leis internacionais, ou uma dessas potências de garras aguçadas no estralhaçamento de outros estados fracos, vier pela carniça às paragens do Cruzeiro do

> Sul? Poderemos esperar que essas nações [...], de cuja sorte agora nos desinteressamos, [...] poderemos esperar que essas nações nos deem hoje o que lhes negamos [...]? (Barbosa, 1981, p. 175).

No entanto, o discursante extrapolou as postulações de Chéradame. Pôr-se ao lado da *Entente* seria não apenas uma forma de prevenção, mas uma oportunidade para depurar o regime republicano brasileiro e garantir a evolução nacional. No evento da Cruz Vermelha, categorizou:

> Com ela [a guerra] teremos a possibilidade única de encararmos seriamente e seriamente resolveremos o caso da germanização do Brasil meridional. Nela estreitaremos intimamente as grandes amizades europeias e americanas, a que tudo devemos e ainda ganharemos em dever do nosso vindouro desenvolvimento. Por ela entrando em contato com a política das grandes potências liberais, alargaremos, consolidaremos, melhoraremos a nossa democracia (Barbosa, 1988, p. 56).

Por todas essas razões, a paz era um acordo visto com ressalvas, por ambos. O armistício e o término da guerra só deveriam ser pensados mediante a aniquilação total da Alemanha, por meio do arrasamento de suas reservas financeiras, bem como de suas forças militares. Era uma medida considerada não apenas justa, visto que os dois creditavam ao país a responsabilidade pela conflagração, como preventiva, evitando o desencadear de uma nova guerra.

Para Chéradame, era uma maneira de impedir o ressurgimento das aspirações pangermânicas e salvar os Aliados da ruína financeira. Para isso, era imperioso fazer com que o Segundo Reich pagasse a conta das despesas de uma conflagração que, segundo o francês, ele mesmo havia provocado. *Só a vitória integral pode salvar os países aliados da ruína financeira, porque, digam o que disserem certos indivíduos, a Alemanha poderá pagar as despesas da luta que desencadeou,* escreveu (Chéradame, 1917, p. 158). Adiante, concluiu: *Claro está que acabando de vez com o militarismo prussiano, os Aliados obterão assim a garantia única, razoável de que uma guerra atroz não voltará nunca mais, e que milhões e milhões de homens não será de novo sacrificados ao Moloch pangermanista* (Chéradame, 1917, p. 316).

Em 1918, em um folheto publicado pela Liga Brasileira pelos Aliados, Rui Barbosa expôs suas impressões acerca das negociações de paz que se desenrolavam. Para o senador, o pagamento de indenizações aos beligerantes vitoriosos e a destruição das armas germânicas deveriam ser acrescidas da invasão do seu território, como garantia do cumprimento de suas obrigações como derrotada (Barbosa, 1918, p. 3). Não fazê-lo permitiria o futuro reerguimento alemão, de acordo com a seguinte passagem: *Com os seus exércitos salvos, com o seu território intacto, com o seu amor próprio nacional reerguido, a vencida recolheria as suas forças para ter, daí a pouco, exigências de vencedora, e, brevemente, das outra vez, que fazer às potências liberais, vítimas da sua excessiva generosidade* (Barbosa, 1918, p. 8).

Os pronunciamentos de Rui Barbosa a respeito do conflito europeu eram alvos de grande atenção, nacional e internacional. Sua notoriedade adquirida após a Conferência de Haia, em 1907, aumentou após o discurso realizado na Faculdade de Direito de Buenos Aires, em 1916, conhecida posteriormente como *Deveres dos Neutros*[19]. Estando no país como o representante brasileiro nas comemorações do centenário da independência argentina, neste discurso criticou rigorosamente a atitude dos países declarados neutros na guerra diante da violação do direito internacional. Proclamava uma neutralidade vigilante, ativa diante da quebra de tratados internacionais e acordos legislativos, partindo da ideia de interdependência entre as nações. Embora o assunto principal fosse a postura imparcial de alguns Estados na guerra, a crítica era claramente direcionada aos Impérios Centrais, notavelmente à Alemanha. Censurou o militarismo e o excessivo controle estatal nesse país, acusando-o indiretamente pela eclosão da guerra e pelos excessos cometidos em combate, gerando o que chamou de *nações de presa* e *nações de pasto, umas constituídas para a soberania e a rapina, outras para a servidão e a carniça* (Barbosa, 1952, p. 79)[20].

Sua fala na Argentina obteve grande repercussão. Nos jornais fluminenses, originou um debate acirrado entre aqueles que apoiavam as palavras de Rui e aqueles que acreditavam ser o discurso do senador uma afronta ao estado de neutralidade declarado oficialmente. Ao mesmo tempo, o regresso da Argentina foi marcado por festas e comemorações no distrito federal, com direito a discursos em diferentes eventos em seu preito e batismos de ruas com o seu nome. As reações dos países estrangeiros foram igualmente diversificadas. A embaixada alemã no Brasil cobrou explicações do governo brasileiro. Já na França, o discurso foi aplaudido e resultou a Rui Barbosa não apenas inúmeros convites e homenagens de intelectuais franceses, mas a publicação de várias edições vendidas da sua oratória.

Após *Deveres dos Neutros,* o tom dos pronunciamentos de Rui Barbosa sobre a guerra alterou-se. Os ataques à Alemanha e aos Impérios Centrais passaram a ser mais frequentes e explícitos, como demonstram as três falas acima expostas. O senador baiano assumiu publicamente o seu apoio à Tríplice Entente, passando a atuar de maneira mais ativa na Liga Brasileira pelos Aliados, a qual havia se associado desde a sua fundação[21].

Seus discursos inflamados foram importantes na mobilização da opinião pública em momentos de tensão entre o governo brasileiro e a Tríplice Aliança. Às vésperas do rompimento diplomático com o Império Alemão, discursou na sacada do escritório do *Jornal do Commércio,* a pedido das pessoas que ali se reuniram. A agressividade crescente dirigida o Segundo Reich lhe rendeu cartas anônimas de ameaças, alegadamente enviadas por imigrantes alemães (Barbosa, 1988, p. 198-202). Não à toa, quando o Brasil assinou a declaração de guerra contra a Alemanha, foi Rui Barbosa que se manteve ao lado do presidente da República na foto oficial. Certamente, por toda sua atuação a favor dos Aliados, que reverberavam no Brasil e no exterior, André Chéradame lhe escreveu as seguintes palavras, como dedicatória

da edição em português da sua obra mais conhecida, enviada por Garnier a Rui Barbosa: "A M. Le Lenoveur, Ruy Barbosa. Le Perpicace et Vaillarit defenseur de la noble caude des alliés. Hor très distingue et recoriciaisnant."

O livro do cientista político francês chegou ao Brasil em outubro de 1917, às vésperas da entrada definitiva do país no conflito. Veio sob o selo da Livraria e Editora Garnier, sendo impresso na congênere de Paris, em um volume in-16, brochado, vendido no Rio de Janeiro a 4$000. Guarda algumas diferenças importantes em relação à edição francesa. Possui prefácio escrito por Graça Aranha, representante da Liga Brasileira pelos Aliados em Paris, com o título "O Brasil e o pangermanismo" . No texto escrito por Aranha, são enfatizadas as ameaças pangermânicas sobre o território brasileiro e o caráter predador dos alemães, além de comentários a trechos de obras alemães que preconizam a invasão da América do Sul.

A versão em português de *Le plan pangermaniste* é acrescida do mapa de Otto Tannenberg, mencionado por Rui Barbosa em seus discursos, e de uma nota da Editora Garnier, confirmando as afirmações do autor, merecedor de crédito e justo em suas teorias. Além disso, acompanha o final do livro uma espécie de panfleto, dirigido diretamente aos leitores, exortando-os a divulgar a mensagem contida na publicação como forma de prevenção contra os planos pangermânicos. Não foi um livro de simples curiosidade trazido pela editora Garnier ao Brasil: foi um objeto de propaganda aliadófila.

Em nenhum dos discursos de Rui Barbosa acima expostos foi feita pelo jurista e político brasileiro qualquer citação ou menção direta a André Chéradame ou ao seu livro. Segundo Ana Virginia Pinheiro, Rui não tinha o costume de citar autores ainda vivos (Pinheiro, 2007, p. 20) [22]. Não se pode precisar, também, quando foi feita a aquisição da obra do francês por Rui, tampouco quando ele a leu. No entanto, essa leitura teve certamente algum impacto no brasileiro, que pode tê-la resignificado como uma descoberta ou confirmação de pensamentos sobre o pangermanismo no Brasil anteriormente formulados.

A ideia da ameaça pangermânica sobre o território brasileiro, tão presente nas suas falas a respeito da conflagração européia e característica de sua atuação no debate sobre o conflito, de maneira geral, refletem uma preocupação primordial do seu pensamento. Rui Barbosa, assim como os demais intelectuais brasileiros, estava empenhado em dirigir a construção do Brasil enquanto nação moderna. Pensava e agia pautado na esperança do progresso brasileiro, na solidificação da sua nacionalidade, da sua cultura nacional, do seu território. O pangermanismo implicava uma ameaça tanto às fronteiras, símbolo da soberania nacional, quanto a uma cultura que se queria brasileira, representada pela língua e por uma tradição latina, de acordo com alguns.

O posicionamento do advogado baiano nas discussões sobre a Primeira Guerra e a participação brasileira na conflagração europeia demonstra outra etapa da consolidação do Brasil como nação moderna. Herdeiro das diretrizes do Barão do

Rio Branco, Rui Barbosa defendeu um Brasil ativo na política internacional, participativo das questões que mobilizassem a comunidade estrangeira, defensor de posições, porta-voz da América do Sul no exterior.

A Primeira Guerra era a oportunidade para a consolidação de tal postura, e o senador condenava a imparcialidade do governo brasileiro diante da conflagração, papel considerado por ele omisso. As ideias de neutralidade vigilante, da igualdade entre as nações, as denúncias contra o pangermanismo, demonstram a preocupação ruiana em projetar o Brasil nas relações internacionais, em lhe dar um papel de destaque. Pôr o Brasil no mundo era uma forma de ter a legitimidade de país civilizado, de obter o reconhecimento de ingresso definitivo na modernidade. Essa era, afinal, a grande luta de Rui Barbosa.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Memória e esquecimento*. In: ROUANET, Maria Helena (org.) Nacionalidade em questão. Rio de Janeiro: Caderno da Pós/ Letras; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997. p. 60-97.

ARANHA, Graça. *Gregos e rumaicos*. Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916, p. 2.

BARBOSA, Rui. *Deveres dos Neutros.* Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

_____. *Obras completas de Rui Barbosa.* A Grande Guerra. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 44, t. 1, 1988.

_____. *Obras completas de Rui Barbosa*. Embaixada a Buenos Aires. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 43, t. 1, 1981.

_____. *Paz... Mas que paz?* Rio de Janeiro: Tipografia Besrnard Frères. 1918.

CARDIM, Carlos Henrique. *A raiz das coisas*. Rui Barbosa: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007.

CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn (org) *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.

CHÉRADAME, André. *A defesa das Américas.* Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1941.

_____. *Long accepted pangerman schemes being carried out, to wich the Austrian Emperor docilely submits*. The New York Times, New York, 26 mai. 1918, p. 3.

_____. *How to destroy pangerman threat.* The New York Times, New York, 9 dez. 1917, p. 4,.

_____. *Le plan pangermaniste démasqué: Le redoutable piège berlinois de la partie nulle.* Paris: Librairie Plon, 1916.

_____. *Message.* The New York Times, New York, 18 dez. 1918, p. 4,.

_____. *O plano pangermanista desmascarado: a terrível cilada berlineza da partida nula.* Paris: Livraria Garnier, 1917.

DARTON, Robert. *A questão dos livros.* Passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914).* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

FAUSTO, Boris. *Revisão de Rui.* Folha de S. Paulo, São Paulo, , p. 26, 15 jul. 1999.

GELLNER, Ernest. *Dos nacionalismos.* Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Rebeldes literários: intelectuais e nacionalismo na Primeira República. In: *Tempo,* Rio de Janeiro, v.11, n.22, p.153-156, jan.2007.

ALMEIDA JÚNIOR, F. Mendes de. Para a glória maior da Alemanha. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 22 jan. 1916, p. 9.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira.* São Paulo: Editora Cultrix, v. V, 1979.

MELLO, Afonso Bandeira de. A nacionalidade brasileira e o elemento alemão. *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1916, p. 35.

Pangerman's 1895 Dream and Reality of 1917. The New York Times, New York, 10 jul. 1917, p. 129.

PIRES, Homero. *Rui e os livros.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.

SCHWARCZ, Lílian. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1887-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Naiara Alves da. Mudança política e povo: uma breve análise das permanências e modificações dos discursos políticos de um 'jovem' e de um 'velho' Rui Barbosa. In: *Caderno Universitário de História*, Rio de Janeiro, Nova Edição, n. 16, p. 5-8, 2010.

SILVA, Wilton. C. L. *Imortal e esquecido: Rui Barbosa (1849-1923), memória e biografia.* [s/d]. p. 4-41.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

Notas:

[1] A percepção da distinção entre os aparatos que compõem a obra impressa, assim como o conceito de *leitura autorizada,* pertencem à proposta de Roger Chartier a respeito das práticas de leitura, e da relação entre o leitor, o texto e as formas de impressão.

[2] Segundo Roger Chartier, o conceito de apropriação caracteriza as práticas que se apropriam, distintivamente, dos materiais que circulam numa determinada sociedade.

[3] Segundo Ernest Gellner, o nacionalismo é uma conjugação de pressupostos políticos com culturais, na ordenação de uma sociedade. Uma alta cultura é formulada com o intuito de conduzir as relações sociais e políticas, sendo coordenada pela instituição estatal.

[4] Lúcia Lippi afirma ter sido a Primeira República (1889-1930) palco de diversas interpretações sobre o Brasil e, por conseguinte, diferentes projetos nacionais por parte dos intelectuais. O *ufanismo* e o *germanismo* são alguns dos tipos de nacionalismo elencados pela historiadora.

[5] Para o presente artigo, serão considerados os textos publicados no *Jornal do Commércio* e no *Jornal do Brasil,* entre os anos de 1914 e 1917, antes, portanto, da entrada brasileira no confronto.

[6]Embutidos na discussão sobre modelos civilizacionais, encontravam-se questões raciais e de unidade territorial/cultural. O final do século XIX e início do século XX são marcados pelas correntes imigratórias da Europa e Ásia vindas para o Brasil, suscitando reflexões sobre a pertinência deste ou daquele imigrante para o futuro brasileiro. O bom colono deveria participar, sobretudo, da composição do tipo ideal brasileiro, tornando-se a miscigenação uma prioridade. Em um momento em que o darwinismo social encontrava-se em evidência, atrelando, como outras teorias raciais, o progresso material e a civilidade de uma nação à sua composição étnica, era imprescindível restaurar racialmente o povo brasileiro, diluindo a influência negra e indígena por meio do branqueamento da população.

[7] As diferenciações entre cultura germânica e civilização latina são trabalhadas por Norbert Elias. Na sociedade alemã, o conceito de civilização esteve atrelado a caracteres negativos, aos aspectos morais depreciados da aristocracia alemã, orbitando em torno da cultura cortesã da França absolutista. Cultura (kultur), por sua vez, foi relacionada à produção da intelectualidade burguesa alemã, representando a nacionalidade e a importância do indivíduo.

[8] Alguns dos livros de Chéradame que venderam até o último exemplar, já no ano de 1941, foram: L'Europe et la question d'Austriche au seuil du XXe. siècle; La crise française; La Macédoine. Le chemin de fer de Bagdad; e L'Allemagne, la France et la question d'Austriche.

[9] Foi o caso de seu livro L'Europe et la Question d'Austriche au seuil du XX siècle, que mereceu um artigo de Louis Eisenmann, e do próprio Le plan pangermaniste, resenhado por G. Pariset.

[10] Dados fornecidos pelo jornal The New York Times.

[11] Os principais artigos publicados no jornal foram reunidos na coletânea Pan-Germany. The disease and cure and a plan for the allies, lançado em 1918

[12] Os títulos publicados de André Chéradame publicados diretamente em língua inglesa foram: *The United States and Pangermania*, em 1917, e *Pan-Germany. The Disease and Cure aand a Plan for the Allies,* em 1918.

[13] Em 1916, os combatentes indicavam nítidos sinais de cansaço econômico. A guerra havia sido prolongada para além do esperado, e as reservas financeiras de ambos os lados começavam a esgotar-

se. A necessidade de apoio financeiro tornava-se primordial, e as atenções voltaram-se para os países neutros.

[14] Homero Pires, em conferência pronunciada na Casa de Rui Barbosa, em 1938, o afirma categoricamente: E isso porque os livros o sequestravam dos círculos sociais, estabeleciam entre ele o os interesses que cá fora tumultuavam e se digladiavam na sua tarefa destruidora e voraz, um cordão às vezes quase impenetrável. Quantos homens públicos dos mais eminentes lhe batiam à porta em horas decisivas, e não podiam ser por ele recebidos!

[15] Os títulos dos capítulos destacados por Rui Barbosa, em português, são: "A cilada da Partida Nula e o Hamburgo-Golfo Pérsico" e "Os Estados ainda neutros, cuja independência seria diretamente ameaçada pela realização do Hamburgo-Golfo Pérsico, portanto, pela dominação da Alemanha sobre a Áustria-Hungria".

[16] A ideia do perigo alemão apareceu no Brasil antes mesmo da eclosão do conflito europeu. Em 1898, Silvio Romero proferiu uma conferência no Real Gabinete Português de Leitura, onde "denunciou" a existência dessa ameaça. Este seria a ideia de que o Segundo Reich, através das colônias alemãs espalhadas pelo território brasileiro, apossar-se-ia dessas regiões, tornando-as parte do seu quadro de domínios coloniais. Com a Primeira Guerra, o "perigo alemão" ganhou maior destaque na imprensa fluminense, aumentando o debate em torno do assunto. Acreditava-se que a vitória alemã no conflito possibilitaria a extensão das ambições imperialistas do kaiser Guilherme II até as margens do Atlântico sul, conforme afirmavam os partidários da Tríplice *Entente*.

[17] As obras de publicação anterior a Le plan pangermaniste presentes na biblioteca de Rui Barbosa são: La guerre européenne e la paix que voudrait l'Allmagne, de 1915, e Le monde et la guerre Russo-Japonaise, de 1916.

[18] Para a presente análise, serão considerados os seguintes pronunciamentos de Rui Barbosa: a conferência pronunciada no Teatro Municipal, em 1916; o discurso realizado no Teatro de Petrópolis; e o folheto *Paz... Mas que paz?*, publicado em 1918.

[19]Em 1907, Rui Barbosa atuou como delegado brasileiro na Segunda Conferência Internacional da Paz, em Haia, em que as nações independentes reuniram-se para regulamentarem leis e crimes de guerra. Seus discursos inflamados defendendo a igualdade jurídica entre os Estados e a soberania dos pequenos países lhe renderam reputação internacional e o apelido de "Águia de Haia".

[20] Estas duas concepções subverteriam a moral e transformariam a civilização – baseada nas leis moralmente edificadas – em barbárie, onde a força prevaleceria. As nações que imperavam pela potência de suas armas não teriam em seu seio a noção de contratualidade, o respeito às leis, sendo uma ameaça à liberdade. E completou afirmando que os sentimentos nobres, de lealdade, respeito às leis, pertencia aos países que cultivassem a democracia em suas instituições, o que não ocorria nos governos que compunham a Tríplice Aliança.

[21] A Liga Brasileira pelos Aliados foi uma associação fundada em 1915 pelo crítico literário José Veríssimo, pelo capitão Eliseu Montarroyos e pelo escritor Graça Aranha, com o objetivo de promover a causa aliada no Brasil, através de eventos públicos e boletins divulgados nos principais jornais fluminenses. Contou com a participação de vários homens ilustres da cena intelectual e política da capital federal, e teve em Rui Barbosa o seu presidente de honra.

[22] André Chéradame veio a falecer no ano de 1945, no Canadá, onde refugiou-se durante a Segunda Guerra Mundial. Após *Le plan pangermaniste,* publicou outros 11 livros, todos tendo por objeto o pangermanismo e as consequências da Grande Guerra. No Brasil, teria ainda outra obra lançada: *Dias Decisivos. A defesa das Américas,* editada em 1914, pela Atlântica Editora.